

Argumento mais forte

RAUL PILLA

MERECE louvores a proposta do sr. ministro da Fazenda: fechar os órgãos de publicidade das Empresas Incorporadas ao Domínio da União, cujos prejuizos andam em cêrca de cinquenta milhões de cruzeiros.

A justificá-la, bastaria o argumento financeiro. Não é razoável que o Tesouro continue a ter tão avultados prejuizos, nem é crível que o Congresso Nacional, cuja paciência parece começar a esgotar-se, como o comprova a constituição de uma comissão para investigar o que vai por aquelas empresas, esteja disposto a tolerar por mais tempo semelhante situação.

Mas, se o argumento financeiro é decisivo, também importa não deixar na penumbra outros aspectos mais fundamentais da questão. Numa democracia não pode o governo ter órgãos de publicidade, que não se destinem estritamente à divulgação dos atos oficiais, ou uma elevada ação educativa. Sendo normalmente o governo a expressão de uma parcialidade política, ficaria esta em situação privilegiada na sua competição com as demais, por utilizar, em benefício próprio, recursos que, sendo do Estado, a todos caberiam igualmente.

Este é, por certo, o pior aspecto da exploração da indústria publicitária pelo governo. Trata-se de verdadeira deturpação do regime democrático. Naturalmente, com tal aspecto não se ocupou o sr. ministro da Fazenda, mas, vivendo nós num país onde pouca influência têm os princípios de ordem moral na vida pública, quase nos regozijamos com os prejuizos do Tesouro, que estão levando o governo a considerar a hipótese da extirpação do cancro anti-democrático.